



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018.

1. PREÂMBULO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

1.1. O PREGÃO será conduzido pelo **PREGOEIRO**, auxiliado pela **EQUIPE DE APOIO**, conforme designação contida no **ANEXO V**.

O **PREGÃO** será realizado **dia 29 de março de 2018**, com início às **10h00min**, na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás situada na Praça do Centro Administrativo n.º 01, Bairro Centro, Cidade Alto Paraíso de Goiás, CEP: 73.770-000 Sala da Comissão Permanente de Licitação.

1- DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, ESTATUTÁRIOS, CELETISTAS E CONTRATADOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS**, mediante crédito a ser efetuado em conta corrente, sem qualquer ônus ou custos para os servidores ou credores, pelo período de 60 (sessenta), meses conforme especificações constantes do folheto descritivo, que integra este Edital, Anexo – I.

1.2. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, celetistas e contratados nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salários, férias e demais créditos originários da relação entre servidores com a Prefeitura Municipal.

1.2.1 A empresa contratada poderá realizar empréstimo consignado a favor dos Servidores Municipais, sem exclusividade.

1.3. A instituição financeira vencedora do certame deverá disponibilizar durante a execução do contrato, exclusivamente aos servidores municipais:

1.3.1. Um funcionário permanente na área de gerência;

1.3.2. Nos dias de pagamento no mínimo 3 (três) Caixas podendo ser eletrônicos para saques,



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

consultas de saldos e extratos, pagamentos de faturas e boletos.

1.4 Durante a vigência do contrato, a instituição vencedora será a única a manter qualquer forma de estrutura (Caixa Eletrônico, PAB, etc) nas dependências da CONTRATANTE.

2–DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A participação na licitação importa na total e irrestrita submissão dos proponentes as condições estabelecidas neste edital.

2.2. Poderão participar desta licitação as instituições financeiras oficiais ou privadas, que demonstrarem estar autorizadas a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil.

2.3. Não poderá participar desta licitação consórcio de instituições financeiras, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4. É vedada subcontratação de outra instituição financeira pela vencedora, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços objeto deste pregão.

2.5. Somente poderão participar deste pregão as instituições financeiras interessadas, doravante designadas proponentes, que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus Anexos, vedada, ainda, a participação de instituições financeiras:

- a) declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- b) impedidas de licitar e contratar com o Poder Público e quaisquer de seus órgãos descentralizados;
- c) sob processo de intervenção, liquidação, falência, ou dissolução.

2.6. Os serviços licitados deverão ser disponibilizados 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, podendo este prazo ser prorrogado desde que autorizado pelo Contratante.

2.7. A documentação apresentada deverá estar toda em nome da matriz ou em nome da filial, devendo ser o contrato executado pela empresa vencedora do certame que possuir filial ou agência no município.

3–DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão fazer seu credenciamento, na sessão pública de instalação do pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame.

3.2. As Instituições Bancárias que desejarem participar deste certame por intermédio de Procurador deverão apresentar no início da licitação PROCURAÇÃO com poderes específicos ou CARTA DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo (Anexo II), devendo



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

ambas, serem devidamente assinadas, com carimbo da licitante e firma reconhecida. A falta deste documento inabilitará a empresa participante.

3.3. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.3.1. Tratando-se de representante legal, dirigente da instituição financeira ou pessoa de condição assemelhada, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, **devidamente registrado na Junta Comercial**, no qual estejam expressos sua condição e seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, também acompanhado de documento pessoal de identificação. Se o gerente local preencher tal condição, poderá ser representado por ele.

3.3.2. Em se tratando de procurador, a procuração nos moldes do ANEXO – II, por instrumento de procuração público ou particular, devidamente acompanhada dos documentos mencionados no subitem anterior, que comprovem os poderes do outorgante, com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.3.3. O representante legal e o procurador deverão se identificar por meio de documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração poderá representar mais de uma empresa neste certame, sob pena de exclusão sumária dos participantes.

3.3.5 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

3.3.6 No ato do credenciamento, deverá ser entregue também, a declaração formal de inexistência de impedimento de licitar com a administração conf. modelo (Anexo III).

4–DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo abaixo deverá ser apresentada em papel timbrado fora dos Envelopes nº.s 1 e 2.

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão (Presencial) nº.06/2018, da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás/GO, declaro sob as penas da Lei, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2.002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação desta empresa.

Local e data.

Nome, RG e assinatura do representante legal.



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

4.1.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 1 - Proposta

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO DE GOIÁS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2018

OBJETO:

PROPONENTE: _____

Envelope nº 2 - Habilitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO DE GOIÁS

PREGÃO PRESENCIAL Nº.06/2018

OBJETO:

PROPONENTE: _____

4.1.3. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando a procuração.

4.1.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópias, autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membros da Equipe de Apoio.

4.1.5. As participantes que enviarem seus envelopes pelo correio, sem representantes credenciados, deverão renunciar expressamente ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo à fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento deste certame licitatório, enviando juntamente com os documentos de Habilitação, envelope nº. 02, o termo de renúncia, conforme modelo do Anexo – IV.

5–DO CONTEÚDODO ENVELOPE PROPOSTA

5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Nome, endereço, CNPJ;



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

- b) Número do Pregão;
- c) Descrição do Objeto da presente licitação, em conformidade com o modelo (Anexo V) deste Edital, em papel timbrado da licitante devidamente rubricado pelo representante legal da licitante e com o carimbo da Instituição Bancária.
- d) A proposta em si mesma considerada com o seu valor expressa em moeda corrente nacional (R\$), em algarismo e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor apontado por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- e) O valor mínimo para o pagamento da outorga da permissão será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a serem pagos à vista, num prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- g) Data, identificação e assinatura do proponente.

5.2. Fica claro que a vencedora do certame poderá explorar o objeto deste certame pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

5.3. Não serão aceitas, nem levadas em consideração às propostas enviadas via FAX, Telegramas, Radiogramas, Aerogramas, e-mails e similares.

5.4. O proponente é inteiramente responsável pela elaboração de sua proposta, devendo fazê-la conforme especificação, não sendo em hipótese alguma, alegações posteriores de cotações emitidas erroneamente ou incompleta, ficando o proponente sujeito às penalidade legais.

6–DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”.

6.1.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Comercial, Contrato Social, Estatuto ou outro Ato Constitutivo, acompanhado de última alteração ou consolidação em vigor, devidamente registrados e autenticados, acompanhados dos documentos comprobatórios dos poderes de seus administradores.

6.1.1. Termo de renúncia, caso o participante opte apenas por enviar seus envelopes, sem representantes credenciados e desejarem renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo da fase de habilitação, concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, conforme modelo do Anexo IV.

6.1.2. Os documentos relacionados no subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2.REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000 Fones: (62) 3446-1249 site:
altoparaíso.go.gov.br CNPJ: 01.740.455/0001-06 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

- b) certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual (relativo ao IMCS) da sede da licitante;
- c) certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- d) certidão de regularidade de débito com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão de regularidade de débito para com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional.

6.1.3.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.1.4.OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo abaixo:

MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão (Presencial) n°. 06/2018, da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás/GO, declaro sob pena da lei que a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal.

Local e data.

Nome, RG e assinatura do representante legal.

- b) declaração de que recebeu toda a documentação pertinente e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições, inclusive quanto a locais de prestação de serviços, do objeto desta licitação, conforme modelo no anexo VII.
- c) declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, assegurando que possui agência instalada dentro do limite territorial urbano do município;
- d) autorização de funcionamento, registro ou inscrição da instituição financeira e do estabelecimento bancário junto a Banco Central do Brasil.

6.2.DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.2.1 É facultada as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de registro cadastral para participar de licitações junto ao Município de Alto Paraíso de Goiás no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos **subitens 6.1.2 e 6.1.3 do item 6**, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou, se



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

6.2.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões/documentos apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.2.3. Os documentos apresentados exigidos para a habilitação, não poderão em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame;

6.2.4. Qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá ser acompanhado do respectivo termo de tradução para a língua portuguesa, feito por tradutor público juramentado;

6.2.5. Todos os documentos expedidos pelo proponente deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com a identificação clara do subscritor;

6.2.6. No caso de documentos ou proposta serem assinados por procuração, esta que conterà os poderes específicos para tal fim, deverá ser juntado ao envelope nº. 02 e incorporada ao processo.

7- DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAGAMENTO DE FOLHA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO DE GOIAS.

7.1. A Instituição deverá ser sistema informatizado compatível com o da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, de forma a possibilitar que todas as operações sejam feitas por meio eletrônico e “on-line”, sendo que no caso de incompatibilidade todas as despesas necessárias para tal adaptação correrão por conta da licitante vencedora.

7.2. A Instituição Financeira deve se apoiar sempre os produtos e serviços oferecidos aos servidores municipais, mantendo uma assessoria especializada em análises confiáveis de seus investimentos e taxas de retorno competitivas do mercado.

7.3. Os depósitos da folha de pagamento dos servidores do Município de Alto Paraíso de Goiás, ativos, e estatutários, celetistas e contratados deverão ser efetuados mediante crédito em conta específica do servidor, devendo a vencedora do certame assegurar isenção de tarifa e taxas, mensalmente, no mínimo os seguintes serviços:

- abertura e manutenção de conta;
- fornecimento de cartão eletrônico de débito;
- 01 (um) talonário de cheques mensal – com o mínimo 20 (vinte) folhas;
- 10 (dez) saques mensais em Terminal de Auto-Atendimento, e;
- 01 (uma) transferência de crédito para outras instituições financeiras.

7.4. Poderá o Município de Alto Paraíso de Goiás realizar avaliação trimestral dos serviços prestados pela instituição, bem como uma pesquisa no mercado financeiro de modo a aferir



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

os serviços porventura cobrados dos servidores, podendo realinhá-los, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº. 8.666/93.

7.5. Para os servidores que optarem por receber sua remuneração em conta exclusivamente salário, não poderá ser cobrada nenhuma tarifa de serviços.

7.6 A Instituição Financeira vencedora será responsável durante todo o prazo do Contrato, pelo pagamento da folha dos servidores compreendidos abaixo, sem qualquer custo à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás.

7.7 – O valor da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, no mês de Dezembro/2017, janeiro e fevereiro de 2018, somou a quantia líquida de **R\$ 2.171.201,18 (Dois milhões cento e setenta e um mil duzentos e um reais e dezoito centavos).**

NÚMERO DE SERVIDORES 427 (quatrocentos e vinte e sete)

7.8. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, nos termos deste edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º salários, férias e demais créditos originários da relação de emprego entre servidor e Prefeitura, além das pensões e proventos de aposentadoria porventura existentes.

8 – DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO E EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS DA PREFEITURA.

8.1 A Instituição Financeira vencedora poderá realizar, sem ônus para o Município, empréstimos consignados à folha de pagamento, devendo enviar à Administração cópias dos formulários necessários e contratação de empréstimos e preenchimento de formulários, que só poderão ser realizados com funcionários que tenham condições mínimas para suportar tal encargo. Ficando o Servidor livre para negociar com qualquer outra Instituição Financeira.

9 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

9.1. No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.2. Após o credenciamento, as licitantes entregarão o Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecidos no subitem 4.1 deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

9.3. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes das propostas, não será recebida nenhuma

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000 Fones: (62) 3446-1249 site:

altoparaíso.go.gov.br

CNPJ: 01.740.455/0001-06

Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

outra oferta de licitante retardatário e em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documento exigido neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou alteração das condições ofertadas.

9.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições ficados no Edital e que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

9.4.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando como corretos os preços globais. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.4.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de melhor oferta e as demais com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela;

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas a propostas que apresentarem as melhores ofertas, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.6. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta selecionada com a menor oferta de preço e demais em ordem crescente de valor, decidindo por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.6.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

9.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e crescentes, superiores à proposta de maior valor até o momento, observado aumento mínimo entre os lances de **R\$ 10.000,00 (deis mil reais)**.

9.7.1. Será admitido ao licitante oferecer lance superior ao maior valor até então apurado, desde que seja superior ao seu, e que respeite o limite estabelecido no subitem 9.7.

9.7.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará em exclusão da proponente das rodadas posteriores de oferta de lances verbais,



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

ficando sua última proposta registrada para fins de classificação definitiva ao final do pregão.

9.8. Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponíveis desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.

9.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

9.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando para as selecionadas o último preço ofertado.

9.11. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de maior valor com vistas à majoração do preço ofertado.

9.12. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do maior preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.13. A aceitabilidade das propostas, a começar pela de maior valor, compreenderá o exame:

9.13.1 que atenderem o modelo de acordo com o Anexo V deste Edital;

9.13.2 o valor inicial mínimo da proposta de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**.

9.14. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas as propostas:

9.14.1 que não atenderem o modelo de acordo com o Anexo V, deste Edital;

9.14.2 que apresentarem ofertas inferiores a **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**.

9.15. Considerada aceitável a oferta de maior preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.16. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante substituição e apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.16.1 A verificação será certificada pelo pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

9.16.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade devidamente justificada.

9.17. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no **item 6**, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Alto Paraíso de Goiás/GO.

9.18. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previsto neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.19. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação. O Pregoeiro examinará a oferta subsequente com o segundo maior preço, negociará com seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10-DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

10.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediatamente e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias. O prazo começará a fluir a partir do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos autos à parte interessada.

10.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto de certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11-DA CONTRATAÇÃO E DOS PRAZOS.

11.1. A contratação referente a esta licitação não onerará o Orçamento Municipal do corrente exercício.



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

11.2. A Instituição que for declarada vencedora do certame, deverá celebrar contrato com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, após a notificação. Sob pena de decair do direito de contratar, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultando a Administração a aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, além das outras sanções prevista nas Leis Federais n°. 10.520/02, 8.666/93 e demais alterações.

11.3. O não atendimento ao chamamento no prazo estabelecido para assinatura do devido contrato, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.4. Uma vez assinado o contrato, este terá início na data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

11.5. Fica expressamente vedada Instituição contratada, a transferência total ou parcial, das responsabilidades inerentes ao contrato, bem como a subcontratação do fornecimento do objeto da presente licitação, a qualquer outra empresa.

12-DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

12.1. Deverão ser computados nos preços oferecidos pelas licitantes todos os tributos incidentes sobre o objeto da licitação, ocorrendo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da licitante vencedora.

12.2. O preço permanecerá fixo e irrevogável.

12.3. A licitante que se sagrar vencedora do certame, deverá disponibilizar o pagamento num prazo de até 10 (deis) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato, mediante crédito em conta a ser indicada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás.

12.4. No pagamento realizado fora do prazo e forma estipulado no subitem anterior, incidirá juros de 1% (um por cento) por dia de atraso.

13-DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO.

13.1. Pela inexecução total ou parcial dos contratos nos termos e prazos ajustados, ou para o caso da prática de quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n°. 10.520/02, a Contratante poderá assegurar a ampla defesa, além da rescisão do contrato, aplicar a Contratada as sanções previstas no artigo 87 da lei Federal n°. 8.666/93, a saber:

13.1.1 multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor ofertado, cuja execução exceder os prazos pactuados, respeitados os limites da lei civil, recolhida no prazo de 10 (dez) dias da notificação;



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

13.1.2 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, contratual ou legal, que afete as condições ajustadas em favor dos servidores, respeitados os limites da lei civil, recolhida no prazo de 10 (dez) dias da notificação;

13.1.3 suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos que causar depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13.1.4 rescisão do contrato sem qualquer direito a indenização.

13.2. As sanções de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada conjuntamente com as demais disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, garantindo sempre o exercício de ampla defesa, e registrada no Cadastro de Fornecedores.

14–DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2. O resultado do presente certame será divulgado no átrio do município ou no jornal de circulação local.

14.3. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicado no Diário Oficial do Estado.

14.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, após a celebração do contrato.

14.5. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão:

14.5.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

14.5.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.5.3. Integram este Edital os seguintes

Anexos:

- a)- **Anexo I:** Folheto Descritivo;
- b)- **Anexo II:-** Termo de Credenciamento
- c)- **Anexo III:-** Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar
- d)- **Anexo IV:-** Termo de Renúncia
- e)- **Anexo V:-** Modelo Proposta de Preços
- f)- **Anexo VI:-** Minuta de Habilitação Prévia
- g) **Anexo VII:-** Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações
- h)- **Anexo VIII:-** Minuta do Contrato

14.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

14.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Alto Paraíso de Goiás - Estado de Goiás.

Alto Paraíso de Goiás, 15 de março de 2018.

Maurício Wisley Fabrício da Silva
Pregoeiro

Leonardo Macedo de Carvalho
Secretaria de Administração e Finanças



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

ANEXO – I – FOLHETO DESCRITIVO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 06/2018

1 – O presente Pregão Presencial tem por objetivo selecionar a melhor proposta bancária objetivando a centralização dos serviços da folha de pagamento dos servidores públicos municipais ativos, inativos, aposentados, pensionistas, estatutários, celetistas e contratados deste Município, mediante crédito a ser efetuado em conta corrente, sem qualquer custo ou ônus para os servidores.

2 – Número de funcionários: 427(quatrocentos e vinte e sete)

3. VALORES REFERENCIAIS

3.1- Total líquido aproximado da folha de pagamento de outubro/2011 a dezembro/2011 da Administração Direta e Indireta:

MÊS/ANO	LIQUIDO
DEZEMBRO 2017	R\$ 732.415,34
JANEIRO 2018	R\$ 722.520,53
FEVEREIRO 2018	R\$ 716.265,31

4 - Disponibilização dos recursos por parte do **MUNICÍPIO** referente ao pagamento dos salários, proventos e ordens judiciais mediante depósito em conta regulamentada pela **Resolução BACEN 3424** ou outra equivalente que vier a substituí-la.

5 – Data do pagamento: entre o último dia útil de cada mês até o quinto dia útil do mês imediatamente posterior.

6 – Custo da abertura e manutenção de conta com os benefícios da **Resolução BACEN 3424** ou equivalente: R\$ 0,00 (zero), assegurando o saque integral das quantias creditadas a esse título, bem como a sua transferência para outras instituições a serem apontadas pelos servidores.

6.1 – Quaisquer cobranças de tarifas por serviços adicionais deverá ser comunicado previamente ao servidor correntista, observadas as normas do Banco Central.

6.2 – As cobranças eventuais de taxas, tarifas, emolumentos ou congêneres, somente poderão ocorrer em função do relacionamento ou contratações particulares entre o servidor e a Contratada, devendo vir acompanhada de anuência formal do servidor acerca das modalidades de serviços ofertadas pela instituição bancária.

7 – Fica assegurada, sem exclusividade, margem consignável de salários dos servidores, para efeito de concessão de empréstimos e outros débitos, limitado a 30% (trinta por cento).



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

(ANEXO II)
MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pregão Presencial n.º ____/2018

Por este instrumento particular de Procuração, a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, com sede à _____, representada neste ato por seu

_____ (identificar qualificação do outorgante), o(a) Sr(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/____, e do CPF n.º _____, nomeia e constitui seu bastante Procurador o(a) Sr(a). _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/____, e do CPF

n.º _____, a quem confere amplos poderes para representar a _____ (razão social da empresa) perante a Prefeitura do Município de Alto Paraíso de Goiás durante o **Pregão Presencial n.º 06/2018**, cujo objeto é a “Contratação de Estabelecimento Bancário para a Administração da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Aposentados, Pensionistas, Estatutários, Celetistas e Contratados do Município de Alto Paraíso de Goiás”, com poderes para tomar, em nome da Outorgante, qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive:

- a) Apresentar a declaração de que a empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos;
- b) Entregar os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação;
- c) Formular lances ou ofertas verbalmente;
- d) Negociar com o Pregoeiro a redução e elevação dos preços ofertados;
- e) Desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;
- f) Assinar a ata da sessão;
- g) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro e;
- h) Praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

A presente Procuração é válida até o dia ____ de _____ de _____.

_____, ---- de ----- de 2018.

Nome do Outorgante
Qualificação do Outorgante

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000 Fones: (62) 3446-1249 site:
altoparaíso.go.gov.br CNPJ: 01.740.455/0001-06 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

(ANEXO III)

PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

**Referência: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO PARA A
ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, ESTATUTÁRIOS,
CELETISTAS E CONTRATADOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS”.**

Pregão Presencial n.º 06/2018

_____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, por intermédio
de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do documento de
identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/____, e do CPF n.º _____, DECLARA,
sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou
contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
_____, ---- de ----- de 2018.

Nome do Representante Legal
Função



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

ANEXO – IV – TERMO DE RENÚNCIA

**Termo de
Renúncia
(Lei Federal nº. 8.666/93, art. 43, III).**

A Instituição Bancária _____, abaixo assinada, inscrita no CNPJ
nº.
_____, participante da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. __, promovida pela Prefeitura Municipal de _____/GO, por intermédio de seu representante legal, na forma e sob as penas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, vem RENUNCIAR, expressamente, ao direito de interpor recursos e ao prazo relativo a fase de HABILITAÇÃO, concordando com o prosseguimento do certame licitatório.

_____, _____ de _____ 2018.

Instituição
Bancária
Representante legal (nome
completo)

OBS. O PRESENTE TERMO DE RENÚNCIA SOMENTE TERÁ VALOR QUANDO ASSINADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE, COM PODERES ESTATUTÁRIOS E/OU CONTRATUAIS PARA TAL FINALIDADE.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

ANEXO V (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2018**

Objeto:- “Contratação de Estabelecimento Bancário para a Administração da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Estatutários, Celetistas e Contratados do Município de Alto Paraíso de Goiás”.

A empresa _____, estabelecida na _____ n. _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____, representada pelo Sr. _____, _____, portador do RG. nº _____ e CPF nº _____, apresenta a seguinte proposta de preços:

Oferta para fins de classificação no certame:

A Instituição financeira oferece o valor de R\$ _____ (por extenso), sendo o pagamento, em parcela única e à vista, num prazo de até 10 (deis) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato.

Declara, outrossim, que por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexo I (Folheto Descritivo) relativos a esta licitação, bem como às disposições da Lei Federal n. 8.666/1993 e Lei Federal n. 10.520/2002, que integrarão o ajuste correspondente.

Esta proposta é válida até: _____ (60 dias no mínimo).

_____, ____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal)



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

ANEXO – VI – MINUTA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

Pregão Presencial nº.06/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, ESTATUTÁRIOS, CELETISTAS E CONTRATADOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

A (nome da licitante) _____, por seu representante legal (doc. em anexo), inscrita no CNPJ nº. _____, com sede a _____, nos termos e para os fins do artigo 4º, VII da Lei Federal nº.

10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no Edital do Pregão em epígrafe.

Sendo a expressão da verdade firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura _____
Nome do Subscritor _____
RG nº. _____



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO

Referência: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, ESTATUTÁRIOS, CELETISTAS E CONTRATADOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS.

Pregão Presencial n.º 06/2018

_____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/____, e do CPF n.º _____, DECLARA, para todos os fins e efeitos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, sob as penalidades cabíveis, responsabilizando-se pelo inteiro teor desta declaração, que:-

- a) Recebeu em tempo hábil toda a documentação pertinente e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do presente Edital;
- b) Possui capacidade operativa e disponibilidade financeira para atender ao objeto desta licitação.

_____, ---- de ----- de 2018.

Nome do Representante Legal _____
Função



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL N°...../2018

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE _____ E A EMPRESA**

Aos ____ dias do mês de ____ dos anos dois mil e nove, presentes as partes **MUNICÍPIO DE _____**, com sede a Rua _____, n°. ____ centro, nesta cidade de _____, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ n°. _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. _____, residente e domiciliado na _____, na cidade de _____/SP, portador do RG. n°. _____ e do CPF n°. _____, no uso de sua competência legal, e de outro lado, (NOME DA EMPRESA VENCEDORA), estabelecida na Rua _____, n°. __, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ n° _____ e I.E. n°. _____, doravante denominada **ONTRATADA**, neste ato representada pelo (a) Sr (a) residente e domiciliada na _____, n° _____, na cidade de _____, Estado de _____, RG n°. _____ e do CPF n°. _____, que tem entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DO OBJETO:

1.1. A **CONTRATADA** executará em favor da **CONTRATANTE** a administração dos serviços de folha de pagamento das remunerações e salários ativos, estatutários, celetistas e contratados da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, mediante crédito a ser efetuado em conta corrente ou conta salário, sem qualquer ônus ou custos para os servidores, conforme diretrizes fixadas pelo **BACEN** ou normativa equivalente que venha substituí-la, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1.2. Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores municipais, nos termos deste Contrato serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13° salário, férias e demais créditos originários da relação existente entre o servidor e a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás.

1.3. A **CONTRATADA** terá preferência e não exclusividade no direito de explorar a realização de empréstimos consignados a favor dos servidores municipais.

1.4. A Instituição Financeira vencedora do certame deverá disponibilizar durante toda a execução do contrato, exclusivamente aos servidores municipais:

14.1. A Instituição vencedora manterá durante a vigência do contrato um funcionário na área de gerencia durante todos os dias de expediente;



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

14.2. Nos dias de pagamento, no mínimo 03 (três) caixas eletrônicos, para saques, consultas de saldo e extratos, pagamentos de faturas e boletos.

14.3. Os depósitos da folha de pagamento dos servidores do Município de Alto Paraíso de Goiás, ativos, estatutários, celetistas e contratados deverão ser efetuados mediante crédito em conta específica do servidor e/ou do credor, devendo a Contratada assegurar isenção de tarifas e taxas, mensalmente, com isenção de tarifas, no mínimo os seguintes serviços:

- abertura e manutenção da conta;
- fornecimento de cartão eletrônico de débito;
- 01 (um) talonário de cheques mensal – com mínimo de 12 (doze) folhas;
- 10 (dez) saques mensais em Terminal de Auto-Atendimento, e;
- 01 (uma) transferência de crédito para outras instituições financeiras.

CLÁUSULA SEGUNDA–DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente Termo de Contrato será executado por regime de execução direta, uma vez que se enquadra nos rigores exigidos pela Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

2.2. Aplica-se ao presente contrato as disposições expressas na referida Lei de Licitações, em especial o Capítulo III e suas Seções.

2.3. Aplica-se ainda, e vincula-se no que couberem, as disposições expressa no instrumento convocatório Pregão Presencial nº. 06/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS VALORES E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

3.1. O valor do presente contrato é de R\$...... (.....), que será recolhido aos cofres da CONTRATANTE, à vista, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da assinatura do contrato.

3.2. No programa realizado fora do prazo e forma estipulado no subitem anterior, incidirá juros de 1% (um por cento) por dia de atraso.

CLÁUSULA QUARTA–DAS OBRIGAÇÕES:

4.1. Para o cumprimento do objeto, as **CONTRATADA** se obriga:

a) executar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado;

b) realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto licitado de acordo com as especificações determinadas no Edital do Pregão Presencial nº. 06/2018 e seus anexos;

c) cumprir com a legislação federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações e omissões, culposas ou dolosas, que praticar;



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

- d) pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrências do objeto licitado;
- e) manter durante a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) efetuar o pagamento do valor homologado na licitação, nos prazos máximos fixados pelo item “3” deste contrato, mediante créditos em conta a ser indicada pela **CONTRATANTE**;
- g) promover a abertura das contas a que se referem este instrumento em favor dos servidores públicos e agentes políticos;
- h) efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores em conformidade com as informações repassadas pela **CONTRATANTE**;
- i) respeitar o limite da margem consignável dos salários no caso de concessão de empréstimos, solicitando para tal as informações repassadas pela **CONTRATANTE**;
- j) responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a **CONTRATANTE**, seus servidores ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- l) não cobrar, nos termo da **Resolução BACEN nº. 3424** ou instrumento equivalente que vier a sucedê-la, qualquer taxa ou tarifa da manutenção das contas dos servidores, garantindo-lhes o saque e/ou transferência integral dos valores depositados para este fim;
- m) Comunicar previamente os funcionários correntistas acerca de qualquer tarifa cobrada por serviços adicionais, observadas as normas do Banco Central do Brasil;
- n) A cobrança eventual de taxas ou tarifas somente ocorrerá em função do relacionamento particular entre o servidor e a **CONTRATADA** e deverá ser embasada por anuência forma daqueles as modalidades de serviços ofertadas por esta;
- o) Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;
- p) Deverá atualizar constantemente seus serviços e produtos no sentido de alcançar para os servidores municipais o melhor e o maior benefício dentre os serviços e produtos oferecidos pelo Banco;
- q) Garantir a transferência total ou parcial dos créditos relativos aos salários dos servidores, para outras instituições, sem cobrança de taxas, tarifas ou outros emolumentos;
- r) deverá prestar serviços, cumprindo a forma prevista na respectiva proposta, dentro do prazo estabelecido, sob pena de incorrer nas mesmas sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável a espécie;
- s) Manter sistema informatizado compatível com o sistema da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás para que todas as operações relativas ao presente Contrato sejam processadas por meio eletrônico e “on-line”, ficando a cargo de a **CONTRATADA** arcar com



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

todas as despesas com as adaptações que se mostrarem necessárias;

t) Acompanhar a avaliação a ser realizada trimestralmente pela **CONTRATANTE**, quanto aos serviços prestados pela **CONTRATADA** junto ao mercado financeiro de modo a aferir os serviços cobrados dos servidores, de acordo com a média praticado pelos 10 (dez) maiores banco de varejo do país.

u) Durante a vigência do contrato, a instituição vencedora será a única instituição financeira a manter instalações nas dependências da **CONTRATANTE**.

5.2. Para o cumprimento do objeto, a **CONTRATANTE** se obriga:

a) A informar o saldo da margem consignável dos salários dos servidores municipais, por ocasião da solicitação de empréstimo, sempre que solicitado pela **CONTRATADA**;

b) A garantir às informações e documentos necessários a execução dos serviços por parte da **CONTRATADA**, com inclusão ou exclusão de servidores e agentes políticos;

d) Disponibilizar os recursos financeiros necessários no dia do pagamento dos servidores e agentes políticos, sendo que a efetivação dos respectivos créditos pela **CONTRATADA** dependerá sempre da disponibilidade de saldo suficiente da **CONTRATANTE**.

e) Efetuar todos os pagamentos de salários de seus servidores através da **CONTRATADA**;

f) A **CONTRATANTE** deverá informar a agência da **CONTRATADA** o número do fax, assim como o nome completo e RG dos responsáveis pelas autorizações de liberações de crédito, cabendo-lhes as obrigações de manter esses dados sempre atualizados;

g) Fiscalizar a fiel execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA–DOREAJUSTE:

6.1. O preço contratado permanecerá fixo e irreeajustável.

CLÁUSULASÉTIMA–DAVIGÊNCIA:

7.1. O prazo de vigência do presente contrato será (.....) meses, iniciando em, 2018 e terminando em, de, 200....

CLÁUSULAOITAVA–DAALTERAÇÃO:

8.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições e qualificações exigidas na licitação, devendo comunicar a **CONTRATANTE** imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

8.2. A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo os serviços contratados.



CLÁUSULA NONA–DA VINCULAÇÃO:

9.1. Vincula-se o presente Contrato aos termos do Processo do Pregão Presencial n°. 06/2018, bem como as disposições da Lei n°. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA–DOS FUNCIONÁRIOS:

10.1 O presente instrumento não estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os funcionários contratados diretamente pela **CONTRATADA**, sendo que esta assume todas as obrigações de suportar espontaneamente e integralmente todos os custos e despesas relativas aos serviços de seus profissionais contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA–DOS ENCARGOS:

11.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como os tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente contrato, correrão por conta do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA–DAS SANÇÕES:

12.1. Em caso de inadimplência e nos prazos fixados a **CONTRATADA** receberá a aplicação de multa e sanções de acordo com as normas previstas abaixo:

- a) Ficará impedida de contratar e licitar com a Administração direta e autarquia do Estado de Goiás pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos na Lei Federal n°. 8.666/93 e alterações posteriores;
- b) A sanção de que trata o subitem anterior será garantido o exercício de prévia e ampla defesa;
- c) Advertência por escrito;
- d) Multa conforme previsto no Edital;
- e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- f) O valor correspondente a qualquer multa aplicada a licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, em conta bancária em favor do município, ficando licitante vencedora a ser contratada obrigada a comprovar o recolhimento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado;
- g) Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa do débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente;
- h) Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente;
- i) No caso da empresa Contratada ser credor de valor suficiente, o município poderá proceder ao desconto da multa devida na proporcionalidade do crédito;



12.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a critério da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor do objeto do contratado por dia e, de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, pela inexecução total ou parcial do ajuste, que será descontado no ato da liquidação, ou no caso de insuficiência, deverá ser pago pela **CONTRATADA**, na Tesouraria Municipal, sob pena de inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

12.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula, não tem caráter compensatório, porém moratória, não eximindo a **CONTRATADA** da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO:

13.1. A rescisão contratual poderá ocorrer por ato de ambas às partes de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, assim como, livre de qualquer ônus nos seguintes casos:

- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução;
- b) quando pela reiteração das impugnações efetuadas pela **CONTRATANTE** ficar evidenciado a incapacidade da **CONTRATADA** de executar o objeto do presente contrato, ou dar continuidade ao mesmo;
- c) No caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA**, ou ainda caso ocorra a alteração em sua estrutura social que prejudique, ou impossibilitem a execução do fornecimento do serviço contratado;
- d) nos demais casos previstos nos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

14.1. Fica expressamente vedada a empresa contratada a transferência de responsabilidade, a título oneroso ou gratuito, bem como a subcontratação do fornecimento da presente licitação, a qualquer outra empresa, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. A despesa decorrente do presente contrato não onerará nenhuma receita do Município de Alto Paraíso de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUJEIÇÃO DOS CASOS OMISSOS:

16.1. As partes submetem-se às normas da Lei Federal nº. 8.666/93, com atualizações posteriores, cujos dispositivos, complementares pelo disposto no Edital do procedimento licitatório em referência e demais disposições legais pertinentes, fundamentarão a solução dos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:



Estado de Goiás

Município de Alto Paraíso de Goiás

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que venha a ser.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1. Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estrito cumprimento de quaisquer termos ou condições deste contrato, ou exercer direito dele decorrente, não constituirá renúncia a eles, e não prejudicará assim a faculdade de qualquer das partes em exigí-los ou exercê-los, a qualquer tempo.

18.2. Se uma das partes tolerarem qualquer infração em relação aos dispositivos deste instrumento, não importará em liberação da outra parte em cumprir com as obrigações assumidas em nem tampouco que o dispositivo infringido tenha sido considerado cancelado.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que assim juntamente com as testemunhas presentes, abaixo nomeadas e identificadas.

Alto Paraíso de Goiás , ---- de ----- de 2018.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: